

## **Impacto da contabilização das operações de arrendamento mercantil financeiros nos indicadores de rentabilidade das empresas brasileiras de capital aberto do segmento de energia elétrica**

Robison Háss (UNICENTRO) robison\_verde55@hotmail.com  
Flávio Ribeiro (UNICENTRO) flavioribeiro@unicentro.br

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo analisar o impacto da contabilização das operações de arrendamento mercantil financeiros nos indicadores de rentabilidade sobre o Ativo Total (ROA) e rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido (ROE) das empresas brasileiras de capital aberto do segmento de energia elétrica. Trata-se de uma pesquisa descritiva. Quanto aos procedimentos caracteriza-se como um estudo bibliográfico e documental e possui característica quantitativa em relação ao problema. A amostra analisada compreende 07 empresas e cobre o período de 2011 a 2016. Os resultados, a priori, mostram que as variáveis analisadas possuem correlação negativa com o ROA e ROE, o que sugere a existência de uma associação entre os valores de arrendamento mercantil e os indicadores de rentabilidade. Os achados indicam que os valores de arrendamento influenciam negativamente no Lucro gerado pela empresa em curto prazo, seja sobre o ativo disponível ou sobre o retorno dos proprietários.

**Palavras-chave:** Arrendamento Mercantil. Indicadores de Rentabilidade. Bovespa.

## **Impact of the accounting of financial leasing operations on the profitability indicators of Brazilian publicly-held companies in the electricity segment**

**Abstract:** The objective of this article is to analyze the impact of the accounting of financial leasing transactions on the Total Assets (ROA) and return on equity (ROE) indicators of Brazilian publicly traded companies in the electricity segment. This is a descriptive research. As for the procedures, it is characterized as a bibliographic and documentary study and has a quantitative characteristic in relation to the problem. The sample analyzed comprises 07 companies and covers the period from 2011 to 2016. The results, a priori, show that the analyzed variables have a negative correlation with ROA and ROE, which suggests the existence of an association between the values of commercial leasing and indicators of profitability. The findings indicate that lease values have a negative impact on the company's short-term profit, either on available assets or on the return of owners.

**Key-words:** Leasing. Profitability Indicators. Bovespa.

### **1 INTRODUÇÃO**

Para McManus (2009), como interesse de investidores do mundo inteiro nas demonstrações financeiras de corporações e no desempenho financeiro das normas internacionais de contabilidade (IFRS), na Europa, Ásia e Austrália. A padronização passou por algumas dificuldades, empresas arriscando-se a expor em suas demonstrações financeiras informações não tão precisas. O início dessas mudanças não foi um período fácil para os usuários da contabilidade, tendo eles de se atualizarem rapidamente para acompanhar os novos métodos de mensuração.

O processo de globalização foi determinante para a evolução da contabilidade internacional. A compreensão das várias práticas contábeis levou a constatação de que processos diferentes conduziam a resultados diferentes. Assim, era comum ocorrer situações em que uma empresa sediada em um país, ao apurar suas demonstrações contábeis com base nas normas daquele país, apresentava resultados divergentes aos que conseguiria se apurasse suas demonstrações em concordância com as normas do país sede.

A convergência contábil é fruto de um trabalho em conjunto de duas das principais

entidades contábeis mundiais: o *Financial Accounting Standards Board* (FASB) e o *International Accounting Standards Board* (IASB). O FASB é uma entidade privada, criado em meados da década de 1970, responsável pela edição das normas contábeis norte-americana. O IASB, também, trata-se de uma entidade privada, mas de abrangência internacional, com sede em Londres, possui mais de 100 países filiados, inclusive o Brasil, e é responsável pela emissão das normas internacionais de contabilidade (IAS e IFRS).

No Brasil, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) é o órgão responsável pela emissão das normas contábeis em convergências com as normas internacionais. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) surgiu da união de ideias de um grupo de organizações sendo elas; Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA); Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais (APIMEC NACIONAL); Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros (BOVESPA); Conselho Federal de Contabilidade (CFC); Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuárias e Financeiras (FIPECAFI) e o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON). Com a Resolução nº 1055/05, se iniciou para vários fins objetivos, como as normas internacionais de contabilidade, a unificação das normas para padronização do sistema contábil (centralização na emissão de normas) e também quanto a ter um representante, inclusive na elaboração e publicação de informações de uma forma que o processo seja bem elaborado. (CPC, 2008)

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) passou a ser uma entidade que não responde a outras, pois é autônoma, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), fornece a ele toda uma estrutura para que seu funcionamento dependa apenas de si, seus contadores e demais representantes (já que nem todos são contadores) não são remunerados, no total são seis entidades que compõe o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), isso não isenta o fato de que outras entidades possam também fazer parte do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. (CPC, 2008)

Com a implementação das normas e instruções ditadas pelo CPC corporações que possuem capital aberto possuem um leque de opções para que suas benfeitorias sejam colocadas em grande evidênciação em suas notas explicativas para que seus usuários usufruam de uma maior riqueza de detalhes e que possam através delas possuir um grande conhecimento lógico de para onde vai ou, de onde vêm vários dados do balanço, já que apenas números deixam vagos alguns âmbitos da empresa. O CPC vem por meio de seus pronunciamentos visarem uma melhor evidênciação em vários meios, não apenas em empresas de capital aberto, mas como são elas as empresas de capital aberto as que mais são cobradas, por possuírem um maior peso no mercado e economia. Entre essas normas está o CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil, elaborado com base na IAS 17 e tem como objetivo estabelecer o tratamento contábil dos contratos de arrendamento mercantil.

Como apresentou Gallon et al. (2012), o arrendamento mercantil tem uma influencia considerável nas demonstrações contábeis de empresas que possuem ele como grande fonte de recursos e por isso o impacto nos indicadores financeiros sempre demonstrarão variações quando comparados aos métodos antigos de evidênciação, neste caso a comparação com o modo atual e com o método anterior ao CPC 06. Portanto, a pesquisa tem como objetivo analisar o impacto da contabilização das operações de arrendamento mercantil financeiro nos indicadores de rentabilidade (ROA e ROE) das empresas brasileiras de capital aberto do segmento de energia elétrica no período de 2011 a 2016.

Gallon et al. (2012), mostra que o CPC 06 veio para igualar as demonstrações contábeis brasileira com as do resto do mundo, mostrando que com essa nova ótica do assunto as demonstrações brasileiras ficam parecidos com as européias quando se tratando do mesmo ramo e evidenciado por meio de indicadores, liquidez geral e endividamento geral. Deste

modo destaca-se a relevância de estudos na área.

Ribeiro, Reis e Pinheiro (2014), mostram em seu estudo que a partir do ano de 2008 houve uma queda nas operações de arrendamento mercantil e no mesmo período em que houve crescimento na utilização de outro tipo de crédito e também crescimento no PIB. Porém, ressalta ainda, no seu estudo que não é possível identificar a causa certa da queda da preferência pelo arrendamento mercantil por outros tipos de crédito, o que abre um leque de possibilidades, podendo ser pela questão do novo modo de contabilização inclusive. No entanto não se pode culpar a nova contabilidade por esse resultado, pois, o mercado tem oscilações e como os contratos geralmente são longos devem tornar o mercado com baixa procura, sendo que varias pessoas jurídicas já estão tomadas por alguns investimentos do mesmo tipo.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Neste tópico apresenta-se a revisão da literatura, destacando na primeira parte os conceitos de teoria da contabilidade, o processo de convergência, além das operações de arrendamento e sua classificação, bem como os indicadores contábeis financeiros com a finalidade de fundamentar esta pesquisa.

### **2.1 TEORIA DA CONTABILIDADE**

O ato de contabilizar teve inicio nos primórdios da humanidade, este era utilizado pelo homem primitivo para contar suas posses. A contabilização era utilizada como mecanismo de controle, pois “o homem primitivo ao inventariar o número de instrumentos de caça e pesca disponível, ao contar seus rebanhos, ao contar suas ânforas de bebidas, já estava praticando uma forma rudimentar de contabilidade.” (IUDICIBUS, 2010, p.15).

A evolução do homem e do seu patrimônio foi gerando a necessidade de um controle melhor do que havia em seu poder, para Iudícibus (2010) a contabilidade teve uma evolução lenta no mundo até que ainda não houvesse a inserção da moeda no mundo do comércio e as mercadorias eram trocadas e simplesmente inventariadas fisicamente sem haver uma avaliação física. Com o tempo as necessidades foram se tornando maiores e mais requisitadas, tendo então que se ter controle do que se adquiria e do que se disponha.

De acordo com Crepaldi (2010, p.3), o conceito oficial de contabilidade no Brasil, foi formulado em agosto de 1924 no Rio de Janeiro, no primeiro Congresso Brasileiro de Contabilidade, sendo ele: “Contabilidade é a Ciência que estuda e pratica as funções de orientação, de controle e de registro relativas à administração econômica”. Em outras palavras, o autor complementa este conceito, afirmando a contabilidade como um instrumento da função administrativa, cuja finalidade é o controle do patrimônio e a apuração do resultado das entidades, partindo destes, para prestar informações aos diversos usuários das informações contábeis.

Outro conceito que expressa a função da Contabilidade, é aquele apresentado por Marion (2009), no qual afirma que a Contabilidade é um instrumento de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa, desta forma, ela pode ser considerada uma ciência que estuda, registra e controla a formação e a variação do Patrimônio das entidades, tanto com ou sem fim lucrativo, demonstrando ao término de cada exercício social os resultados obtidos e a situação econômico-financeira da mesma.

Ainda, Franco (2000, *apud* Crepaldi, 2010) define a contabilidade como uma ciência

que visa o estudo e o controle dum patrimônio, mediante o registro, a demonstração expositiva e a interpretação dos fatos nele ocorridos, com a finalidade de oferecer informações sobre sua composição e variação, bem como sobre o resultado econômico decorrente da ação da riqueza patrimonial. Nesse sentido, o autor reafirma o patrimônio como sendo o objeto da contabilidade, além de visar na maneira como este deve ser controlado e interpretado por ela, a fim de que possa ocorrer a exposição dos dados coletados através das demonstrações financeiras.

## 2.2 PROCESSO DE CONVERGÊNCIA

Em 2005 as normas internacionais foram implantadas na União Europeia o que foi considerado um grande impulso para as IFRS. Que passaram então a serem visto como uma necessidade por quem quer comercializar com o bloco econômico. A convergência nas normas de contabilidade foi necessária para o desenvolvimento e melhora na qualidade das informações contábeis. Deste modo o comércio entre as nações é aprimorado usando assim uma única linguagem imposta por normas de conhecimento geral. O Brasil que possui relação comercial com várias nações é um grande beneficiado com essa convergência. (CPC, 2008)

Sendo assim o Brasil como participante deste vasto grupo de países comprometidos com a adoção das IFRS, recebeu o apoio do Banco Central do Brasil (2006), Comissão de Valores Mobiliários (2007) e Superintendência de Seguros Privados (2007) que estabeleceram a obrigatoriedade para entidades, por eles regulados, de elaborar e divulgar as demonstrações com base nas IFRS a partir do exercício findo 2010. (CPC, 2008).

Para Niyama e Silva (2011) o formato das informações contábeis padronizadas é necessidade pelo fato de que o usuário da contabilidade possa fazer uma comparação, essa questão de comparabilidade que traz a forma padrão de contabilidade (IFRS) a ser uma grande vitória para a contabilidade. Ainda, Niyama e Silva (2011) exprimem a ideia de que o usuário é das principais razões da padronização, que sua opinião não deve ser ignorada pela contabilidade ou pelo contador. O usuário (administradores, investidores, auditores e governo) precisa analisar as entidades de forma igual e para isso as comparações tanto de uma empresa para outra quanto de um período para outro. Sendo assim pensemos no papel do usuário como um todo, desde o papel dele como um funcionário da empresa, como em um investidor que necessita de informações claras e coerentes.

## 2.3 OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

Para a Associação Brasileira de *Leasing* (ABEL), é importante sabermos que nas operações de arrendamento mercantil temos algumas figuras necessárias para a operação que geralmente serão a empresa arrendadora; empresa que mediante autorização do Banco Central do Brasil (BACEN) funcionam como empresas de leasing assim como os bancos com carteira de arrendamento mercantil, o arrendatário; é quem adquire um bem através de um contrato de leasing. E consideremos também o fornecedor; que será aquele que fornecerá o bem, o bem este que fora escolhido pelo arrendatário.

Ainda para a ABEL (2015), o arrendamento mercantil (ou *leasing*) possui duas modalidades, o arrendamento financeiro e o arrendamento operacional:

a) arrendamento financeiro o arrendatário assume todas as obrigações, nesta modalidade o arrendatário acaba adquirindo o bem no final do contrato conforme o contrato estipulado entre as partes, tendo assim que arcar com despesas de manutenção entre outras durante o período de vigência do contrato.

b) arrendamento operacional o arrendatário não apresenta a intenção de ficar com o bem, mas após o término do contrato ele pode exercer sua opção de compra do bem, de renovação do contrato ou de devolução a arrendadora o bem. Tudo dependerá do que foi estipulado no contrato, inclusive as despesas do bem durante o tempo de vigência do contrato poderá ser de responsabilidade da arrendadora em caso do arrendamento operacional.

Para Rossi (2011), a característica que inova o tratamento contábil do arrendamento mercantil a partir da Lei 11.638 é quanto a Primazia da Essência Sobre a Forma, a qual mostra que a natureza de uma operação deve ser analisada de forma que a sua essência prevaleça. E assim é o caso das operações de arrendamento mercantil financeiro que mesmo o arrendatário não sendo o proprietário de direito, ele está se beneficiando pelo uso do bem arrendado obtendo assim ganhos financeiros.

Ainda Rossi (2011) completa que até a publicação da referida lei a contabilidade limitava-se a registrar o que estava no contrato do arrendamento mercantil financeiro, sabia-se que o bem era do arrendador e o arrendatário pagava os alugueis e no final do contrato o arrendatário cumpria com a sua obrigação acordada de comprar o bem por um valor previamente estipulado.

### **3 METODOLOGIA**

Em relação aos objetivos a pesquisa caracterizou-se como descritiva. Segundo Bervian, Cervo e Silva (2007), a pesquisa descritiva visa investigar fatos da vida social de populações ou de um indivíduo isolado procurando por informações de seu comportamento e convivência. Assume diversas facetas, abrangendo tanto estudos de comportamento e opinião, quanto estudos descritivos mais aprofundados, nos quais se buscam além de observar e registrar, analisar e correlacionar fatos ou fenômenos sem manipulá-los.

O procedimento do estudo foi bibliográfico, pois os dados e informações coletados tiveram como origem documentos publicados em diversos lugares e principalmente os disponíveis eletronicamente pelos sites da Bovespa, das próprias empresas ou de locais onde foram publicadas suas demonstrações contábeis para conhecimento de investidores e todo o público.

Como o Bervian, Cervo e Silva (2007), mencionam que a pesquisa bibliográfica além de ser independente, ela também é trabalhada como acessória a pesquisa experimental ou a descritiva, como é, por exemplo, este estudo. Partindo desta ideia, Gil (2010) destaca que a pesquisa bibliográfica é realizada a partir de material já publicado, incluindo tanto material impresso quanto os materiais digitalizados em meios eletrônicos, ou ainda os disponibilizados na Internet.

Conforme Marconi e Lakatos (2012, p.57) “a pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo” e possui como finalidade a colocação do pesquisador em contato direto com tudo o que foi tratado sobre este tema, não se colocando como uma repetição, mas o exame destes sob novo enfoque ou abordagem, chegando a novas conclusões.

Ainda em relação aos procedimentos, a pesquisa classificou-se como documental. Segundo Gil, (2010) este tipo de pesquisa possui muitas semelhanças com a pesquisa bibliográfica, porém, a principal diferença está na natureza das fontes: a pesquisa bibliográfica se fundamenta em escritos com propósitos e leitores específicos. Já a pesquisa documental baseia-se em documentos que ainda não tiveram um estudo profundo, que foram elaborados com finalidades diversas, como documentos institucionais, pessoais, jurídicos e

estatísticos. Para esta pesquisa, foram utilizadas fontes documentais para levantar os Demonstrativos Financeiros Trimestrais no site da Bovespa.

Em relação ao problema, caracteriza-se como uma pesquisa quantitativa. Segundo Beuren e Raupp (2012), a abordagem quantitativa utiliza-se de instrumentos estatísticos tanto na coleta, quanto no tratamento dos dados, uma vez que, sua intenção é garantir a precisão dos resultados, evitando assim, distorções na interpretação destes. Além disso, conforme Richardson (1999, p.70) a pesquisa quantitativa “caracteriza-se pelo emprego de quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas,” desde as mais simples, até as mais complexas.

De acordo com Marconi e Lakatos (2012) a população de uma pesquisa se caracteriza como um conjunto de seres que apresentam pelo menos uma característica em comum. A amostra, por outro lado, representa um subconjunto do universo, ou seja, uma porção ou parcela selecionada que realmente será submetida à verificação. Portanto, a amostra inicial desta pesquisa representou as empresas do setor de utilidade pública do ramo de energia listada no site da Bovespa. A amostra final se restringiu as empresas com informações necessárias para o cálculo dos indicadores financeiros, e compreenderam as empresas, AES ELPA S.A., AES TIETE ENERGIA S.A., CENTRAIS ELET DE SANTA CATARINA S.A., CIA ENERGETICA DO CEARA - COELCE, ELEKTRO REDES S.A., ELETROPAULO METROP. ELET. SAO PAULO S.A., RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

As variáveis empregadas na análise referem-se ao valor de arrendamento mercantil evidenciada pelas empresas em suas demonstrações contábeis e como indicadores de rentabilidade adotou os indicadores de Retorno sobre o Ativo (ROA) e o Retorno sobre o Patrimônio líquido (ROE).

#### QUADRO 1- INDICADORES DE RENTABILIDADE

Taxa de Retorno Sobre o Ativo Total (ROA)	$\frac{\text{Lucro líquido}}{\text{Ativo total}}$	Do inglês <i>Return on total assets</i> , ou retorno sobre o ativo total, mede a eficiência da administração em gerar lucros com seus ativos disponíveis.
Taxa de Retorno Sobre o Patrimônio Líquido (ROE)	$\frac{\text{Lucro líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$	Do inglês <i>Return on equity</i> , retorno sobre o patrimônio líquido, essa taxa mede o retorno obtido sobre investimento dos proprietários da empresa.

Fonte: Matarazzo (2010)

As informações foram coletadas junto ao *website* da Bovespa. Posteriormente tabulados e analisados a partir das técnicas de análise descritiva e de correlação de Spearman.

## 4 ANÁLISE DOS DADOS

Na Figura 1 são apresentadas as médias das operações de arrendamento mercantil das empresas do segmento de energia elétrica no período de 2011 a 2016.

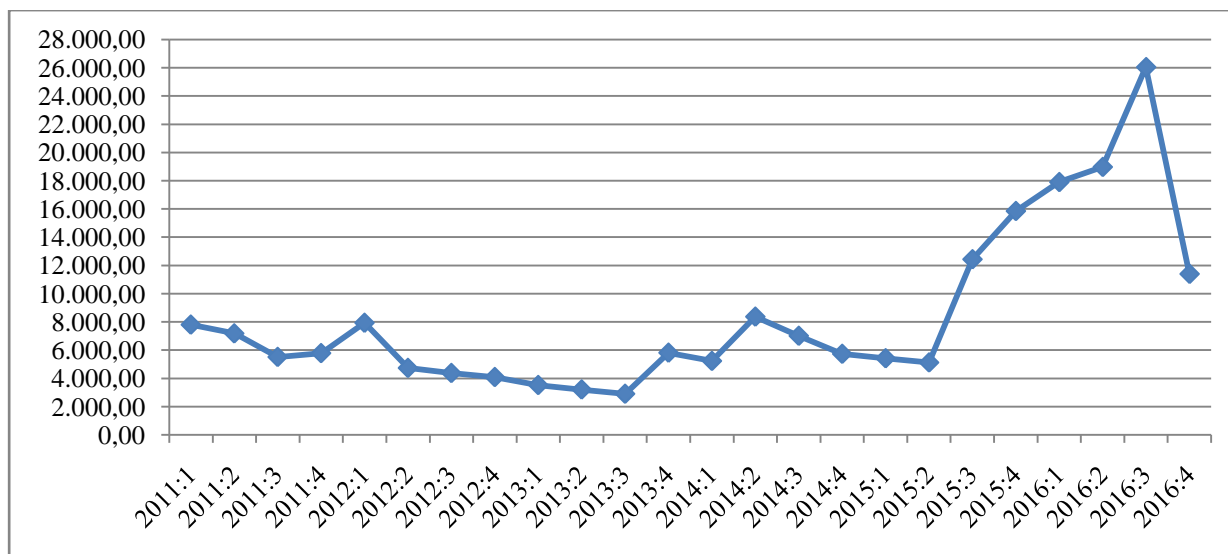


Figura1–Média das operações de arrendamento mercantil financeiro

Fonte: os autores, 2017.

De maneira geral, as médias das operações de arrendamento mercantil financeiro tiveram comportamento oscilante, que variaram entre R\$ 4.000 e R\$ 8.000,00 até 2012, chegando a aproximadamente R\$ 2.000,00 no terceiro trimestre de 2013 e, retornando aos R\$ 8.000,00 na metade de 2014. Após isso, os valores sofreram quedas contínuas, ficando em torno de R\$ 5.000,00 na metade de 2015. Após este período, as operações alcançaram maiores níveis, aproximando-se dos R\$ 26.000,00 no terceiro trimestre de 2016 e, por fim, tendo nova queda, no trimestre subsequente, permanecendo com aproximadamente R\$ 12.000,00.

Conforme observa-se na Figura 1, após o terceiro trimestre de 2015, a média das operações de arrendamento mercantil financeiro teve um crescimento contínuo até o mesmo período do ano posterior, ou seja, 2016. Isso explica-se pelo fato de algumas companhias terem realizado mudanças em seu Balanço Patrimonial anual. Desta forma, os valores coletados em 2016 se mostraram divergentes, quanto aqueles coletados em anos anteriores devido a esta reorganização. Além disso, cisões parciais e posteriores incorporações, causaram mudanças na forma de participação dos acionistas.

A Tabela 1 contém os valores médios e a variabilidade das operações de arrendamento mercantil financeiro para os exercícios de 2011 a 2016.

**TABELA 1- ANÁLISE DE DESCRITIVA**

	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
Média	5.794,86	4.101,29	5.825,71	5.743,57	15.859,86	11.405,86
Desvio Padrão	7.802,81	5.802,20	7.219,70	7.497,91	18.226,17	25.923,65
Coefficiente de Variação	1,35	1,41	1,24	1,31	1,15	2,27

Fonte: os autores, 2017.

Observa-se na Tabela 1 que a média dos valores de arrendamento mercantil teve um comportamento oscilante no período analisado, do ano de 2011 até 2015 a média de valores evidenciados de arrendamento mercantil pelas empresas apresentou crescimento superior a 173% alcançando o valor de R\$ 15.859,86. Contudo, após este período, a média sofreu uma queda no ano de 2016, chegando ao valor de R\$ 11.405,86. A análise complementar evidencia

ainda que, os dois maiores valores apresentados foram estes últimos citados, por outro lado, os dois menores valores foram observados nos anos de 2012 com R\$ 4.101,29 e 2014 com R\$ 5.743,57.

Em relação ao Desvio Padrão, que mede a dispersão dos valores obtidos em torno da média, pode-se afirmar que o mesmo teve um comportamento similar ao da variável anteriormente descrita. Nesse sentido, cabe destacar que, quanto maior é o desvio padrão, mais disperso estão às empresas e maior é a discrepância de valores de arrendamento mercantil das mesmas. Assim, este indicador variou de R\$ 7.802,81 em 2011 para R\$ 5.802,20 em 2012 e, de 2013 em diante aumentou, chegando a 7.497,91 em 2014. Ainda, em 2015 o valor alcançou R\$ 18.226,17 e, em 2016, aumentou para R\$ 25.923,65, conseqüentemente, deduz-se que quanto maior é o valor de arrendamento mercantil, maior é o desvio padrão, já que representa maior oscilação dos valores em torno da média estudada.

O coeficiente de variação mede a relação entre o desvio padrão e a média, nesse sentido, quanto menor é o seu valor, mais homogêneo é o conjunto de dados. Voltando-se para a Tabela1, o coeficiente de variação oscilou de 1,35 em 2011 para 1,15 em 2015, bem como, para 2,27 em 2016.

Na Tabela 2 são apresentados os coeficientes de correlação entre as variáveis analisadas.

**TABELA 2- ANÁLISE DE CORRELAÇÃO**

Variáveis	Arrendamento	ROE	ROA
Arrendamento	1,000		
ROE	-0,174**	1,000	
ROA	-0,177**	0,987***	1,000

Fonte: os autores, 2017.

Na Tabela 2, constatou-se uma correlação negativa entre os valores de arrendamento mercantil com a Taxa de Retorno sobre o Ativo Total (ROA) e Taxa de Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE). Isso significa, *a priori*, que os valores evidenciados pelas empresas tendem a refletir na diminuição, em curto prazo, do lucro sobre o ativo disponível, bem como, sobre o retorno obtido pelos proprietários da empresa.

Isso justifica-se, pelo fato do contrato de arrendamento mercantil financeiro gerar o reconhecimento de um ativo (ativo arrendado) e um passivo (arrendamento a pagar) para empresa. Esse reconhecimento, conforme o Pronunciamento Contábil 27 – Ativo Imobilizado, estabelece um tratamento para esse ativo similar aos demais ativos imobilizados, ou seja, são passíveis de depreciação. Portanto, o impacto no resultado será maior que o simples reconhecimento de despesa com arrendamento no caso dos contratos de arrendamento mercantil operacional.

## 5 CONCLUSÕES

Esta pesquisa pretendeu analisar o Impacto da contabilização das operações de arrendamento mercantil financeiros nos indicadores de rentabilidade das empresas brasileiras de capital aberto do segmento de energia elétrica no período de 2011 a 2016. Para isso, utilizaram-se com variáveis explicativas o Retorno sobre o Ativo (ROA) e o Retorno sobre o Patrimônio líquido (ROE).

*A priori*, os resultados na análise descritiva indicam que, em média, os valores



evidenciados como arrendamento mercantil apresentaram um comportamento oscilante durante o período analisado, entretanto, o ano de 2015, em relação a 2014 teve um aumento de 173% na média, durante o período analisado, indicando um crescimento dos valores de arrendamento mercantil evidenciados pelas empresas estudadas.

Os resultados encontrados a partir da análise de correlação indicam que o valor do arrendamento influencia negativamente a Taxa de Retorno sobre o Ativo Total (ROA) e a Taxa de Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE). Os achados indicam que os valores de arrendamento influenciam negativamente no Lucro gerado pela empresa a curto prazo, seja sobre o ativo disponível ou sobre o retorno dos proprietários.

O estudo limitou-se a amostra e o período analisado, bem como, os indicadores e as informações coletadas do site da BOVESPA empregados na técnica de análise estatística. Sugere-se para futuras pesquisas a inclusão de novas variáveis, com, também, a ampliação da amostra para empresas de outros segmentos.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE LEASING - ABEL. **Guia Prático do Arrendamento Mercantil**, 2016. Disponível em: <<http://www.leasingabel.com.br/index.php/guia-pratico>>. Acesso em 16 de jan de 2016.

BERVIAN, Pedro Alcino, CERVO, Amado Luiz e SILVA, Roberto da. **Metodologia Científica**. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BEUREN, Ilse M. e RAUPP, Fabiano M. Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais. In: BEUREN, Ilse M. (Org). **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática**. 3 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2012, p. 76-97.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Conheça o CPC**, 2015. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/CPC/Conheca-CPC>>. Acesso em 31 de agosto de 2015.

CREPALDI, Silvio Aparecido. Curso Básico de Contabilidade: **resumo da teoria, atendendo às novas demandas da gestão empresarial, exercícios e questões com respostas**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GALLON, Alessandra Vasconcelos; Crippa, Mauricio; Gois, Aderaldo Fontenele; De Luca, Márcia Martins Mendes (2012). **As Mudanças no Tratamento Contábil do Leasing e seus Reflexos nos Indicadores Econômico-Financeiros das Companhias Aéreas Brasileiras**. Revista de Finanças Aplicadas. Publicado em 13dez12, pp.1-18.

GIL, Antônio C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5 Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

IUDICÍBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa: **planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARION, José C. **Contabilidade Básica**. 10. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MCMANUS, Kieran J. IFRS – Implementação das Normas Internacionais de Contabilidade e da Lei nº11638 no Brasil: **Aspectos Práticos e Contábeis Relevantes**. São Paulo: QuartierLatin, 2009.

NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Teoria da Contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

RIBEIRO, Denise Maria; REIS, Elizio Marcos; PINHEIRO, Laura Edith Taborda. Impacto da mudança contábil no reconhecimento de ativos nas operações de arrendamento mercantil. **Revista Universo Contábil**. v.10, n. 2, p. 84-104, 2014.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa social: **métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROSSI, Franklin. Leasing no CPC 06: **Análise Financeira e tratamento contábil das operações de arrendamento mercantil**. São Paulo: Trevisan, 2011.